

A sociabilidade nos condomínios horizontais: ensaio de tipologia

Patrick Le Guirriec – Université François Rabelais à Tours (France)

Traduzido por Maria Aparecida Antunes de Macedo

RESUMO

Os condomínios horizontais, que se multiplicam no Brasil, apresentam diferenças entre si, dificultando assim uma definição geral desse tipo de moradia, pois cada um encerra um caso particular. No entanto, empregando a perspectiva comparativa e a metodologia indutiva, torna-se possível perceber semelhanças nas relações de sociabilidade desenvolvidas entre os moradores, e elaborar uma tipologia ideal desses condomínios. Porém tais tipos de relações têm de ser esclarecidos através da identificação dos fatores que os provocam. Constituí-se esse esclarecimento o intuito deste artigo tendo ele como ponto de partida os discursos dos condôminos.

Palavras-chave: Condomínio horizontal. Sociabilidade. Variáveis. Tipologia.

RESUMÉ

Les condomínios horizontaux, qui ne cessent de se multiplier au Brésil, paraissent très différents les uns des autres, ce qui complique l'analyse comparative, chacun d'entre eux paraissant être un cas particulier. Cependant en utilisant une perspective comparative et la méthode inductive, il devient possible de mettre en évidence certaines ressemblances dans les relations de sociabilité qui se développent entre les habitants et d'élaborer une typologie de ces condomínios. Mais ces types de relations doivent être éclairés à travers l'identification des facteurs qui les provoquent. C'est l'objet de cet article, rédigé à partir des représentations qu'expriment les habitants sur leur vie dans les condomínios.

Mots-clés: Condomínio horizontal. Sociabilité. Variables. Typologie.

As pesquisas sobre as *fortified enclaves* (CALDEIRA, 2000) e os processos de segregação socioespacial multiplicam-se no mundo inteiro, mas ainda são poucas as publicações sobre a sociabilidade dentro desses espaços. A maioria dos trabalhos desenvolve os motivos da multiplicação dos condomínios,

das *gated communities*, das relações entre o dentro e o fora, mas a vida do dentro não parece interessar os pesquisadores. O livro de Capron (2006), que é um ensaio de síntese das pesquisas sobre os condomínios no mundo inteiro e principalmente na América do Sul, consagra somente 15 páginas a esse assunto. No entanto, a forma de viver nesses espaços fechados, socialmente afastados da cidade, o tipo de relacionamento lá desenvolvido merecem a devida atenção, na medida em que esses espaços criam relações sociais específicas.

Minha pesquisa sobre os condomínios teve início em uma cidade do interior de São Paulo, São José do Rio Preto, escolhida devido ao fato de que, apesar de um grau de insegurança baixo, o número de condomínios horizontais não pára de crescer. Hoje, são aproximadamente 15% dos 400.000 habitantes da cidade que moram nesses condomínios. Procurava entender os fatores que explicam o crescimento desse tipo de moradia, relativizando o fator da segurança, constantemente utilizado para justificar o fechamento de certos grupos da população dentro dos muros. Buscava as razões simbólicas que provocam esse crescimento dos condomínios de casas, e por isso havia urgência de ir mais além do discurso geral sobre a questão da segurança. Como aponta Moura (2006, p. 6), a “cultura do medo” está alimentando o mercado da segurança, e podemos imaginar que existe também a relação inversa. Mas ao contrário do que sugeriu Moura, o número de condomínios não é somente o resultado de um alto índice de desigualdade socioeconômica entre os habitantes da cidade, já que é possível observar muitas delas onde esse índice não é tão flagrante para ser uma explicação última da multiplicação dos condomínios de casas.

A cidade de Natal onde prossegui a minha pesquisa apresenta particularidades importantes com relação a São José do Rio Preto. Entretanto, ambas exibem algumas características comuns, como o fato de serem cidades relativamente tranqüilas e com um número de condomínios cada vez maior, ocupando as periferias (conceito cujo sentido tem de ser redefinido) da cidade e as cidades vizinhas. Diante desses condomínios em que todos parecem ter particularidades específicas, encontrei dificuldades na escolha daqueles que se encaixavam no meu projeto de pesquisa. Ao visitar aproximadamente vinte deles, e falar com seus moradores e síndicos, percebi diferenças entre eles, tanto do ponto de vista do tamanho, como do padrão, do desenho urbanístico, dos espaços comuns, das relações de sociabilidade entre seus moradores. A minha fonte de dados foi constituída, assim, por três meios: 50 entrevistas, as observações do espaço global do condomínio, e alguns documentos, principalmente os regimentos internos, que permitem deduzir a ideologia dominante dos moradores. Infelizmente, os dados sobre a população não existem. Alguns condomínios tentaram coletar esses dados, mas os moradores consideraram isso como um atentado à privacidade “*Preencher um formulário, as pessoas consideram isso como uma invasão*”.

Em uma primeira parte, apresentarei os tipos de relacionamento e em uma segunda, a maneira como as variáveis influenciam essas relações.

TIPOS DE RELAÇÕES

Nessa coleta das características dos condomínios, uma delas me pareceu particularmente relevante para o objetivo de elaborar tipos ideais de relacionamento que se desenvolvem entre os moradores, e consegui destacar 3 tipos: relações de conflito, relações “comunitárias” e relações anônimas, o último tipo sendo o mais comum.

Não é fácil falar de relações **conflituosas** no Brasil na medida em que, como o mostra Holanda (1997), por exemplo, a sociedade brasileira não é uma sociedade caracterizada pelo conflito, mas muito mais pela cordialidade. Mesmo este conceito e a realidade representada, sendo intensamente discutidos e criticados, parecem ter sido interiorizados pelos brasileiros que se apresentam como um povo hospitaleiro e generoso. Daí, falar sobre conflitos nos condomínios não quer dizer a existência de brigas abertas, porém muito mais de uma pressão social que cria uma hierarquia entre as pessoas, uma relação de poder entre grupos diferentes e uma tentativa de exclusão daqueles que não se modela ao padrão dominante do condomínio. Seria exagerado falar de “expulsão branca”, mas o fato é que as pessoas atingidas por essa modelagem percebem esse tipo de relação e respondem à pressão optando por outro condomínio ou fechando-se dentro do espaço privado.

“As pessoas que recebo na minha casa são pessoas da família e colegas de fora. Do condomínio é raro, é também raro ir para casa dos outros. Aqui você tem a sua privacidade, entra na sua casa e acabou o mundo” (Green Village, Natal).

O conflito, ou melhor o desacordo que se faz presente nos condomínios é causado segundo os entrevistados, pela falta de respeito às regras internas por parte de alguns moradores – principalmente aquelas concernentes ao limite de velocidade nas ruas, ao do silêncio – pelos desentendimentos entre adolescentes repercutindo nas relações entre os pais. Mas também o desacordo pode ter como causa pendências de taxas condominiais. Os fatores de conflito originam-se, segundo os moradores, na *“falta de educação e dificuldades de respeitar as regras e vida comuns”* por parte de alguns. Reagindo a estes últimos, surgem grupos fechados, geralmente grupos de interesse e de reciprocidade, mais do que de amizade, que se recusam a integrar as pessoas que segundo eles não apresentam proveito nenhum, que não possuem o mesmo padrão, não podendo entrar na rede de solidariedade. Como nos diz Velho (2000, p. 19), a “ausência de um sistema de reciprocidade, minimamente eficaz, se expressa em uma

desigualdade associada e produtora de violência”. Nesse caso a violência é mais simbólica do que física. E a presença dessas pessoas indesejáveis ameaça a valorização do condomínio.

As relações “**comunitárias**” não podem ser entendidas no sentido essencialista tal como emprega Tönnies (1977), nem naquele geralmente observado no Brasil para designar as populações carentes, mas sim tal como é definido por Weber (1971), sob a denominação *comunalização*, traduzido pelo sentimento subjetivo de pertencer a um mesmo grupo onde existem relações de respeito e principalmente de solidariedade. O sentimento de pertencimento é construído na percepção da diferença entre o dentro e o fora, e na representação de compartilhamento dos mesmos valores e de hábitos semelhantes pela maioria dos moradores.

“Vejo esse condomínio como uma comunidade particular mesmo, uma grande família aqui. Todo mundo se conhece. É como se fosse uma pequena vila, ou como uma casa, e cada casa seria um cômodo. Aqui, se você chegar no final da tarde, pode ver as pessoas na calçada conversando. Aqui o porteiro conhece o nome de todas as crianças. Se acontecer alguma coisa, ele telefone para a mãe. Então tem essa relação de família, de vila mesmo” (Green Village Rio Preto).

Essas relações se manifestam através das festas que marcam o ano: festa Junina, Natal, aniversários... Os convites nas casas dos vizinhos são freqüentes, muitas vezes informais, como as festas de integração nos espaços comuns.

A maioria dos condomínios, em que os moradores usam o termo “comunidade”, é constituída de condomínios recentes, com poucas casas ainda construídas, onde quase todos se conhecem. Essa representação de participar de uma comunidade está relacionada a vários fatores, entre eles a homogeneidade em virtude dos moradores pertencerem mais ou menos a mesma faixa etária, terem o sentimento comum de experimentar pela primeira vez a vida em condomínio horizontal, e se encontrarem em várias ocasiões, sobretudo com o objetivo de elaborar as regras internas, na tentativa de constituir um espaço de convivência o mais acolhedor possível. Conseguir comprar uma casa em um condomínio faz parte do sonho de uma boa parte da população, e esse sonho tem que ser acompanhado pela presença de boas relações de vizinhança. Os moradores têm o sentimento de pertencer a um grupo específico, vivendo em um território próprio que eles dominam, ao contrário do sentimento provocado na “cidade aberta”. Esses condomínios constituem os espaços definidos por Rigamonte (1996) como “pedaço”: lugares onde se almeja cultivar e fortalecer os vínculos da sociabilidade, diferenciação e pertencimento.

Temos de sublinhar que nesse caso o discurso é idealizado, correspondendo mais à vontade do que à realidade, e que os moradores, geralmente da classe média, que conseguiram comprar uma casa em um condomínio, não podem aceitar qualquer tipo de fracasso financeiro ou simbólico.

As relações de **anonimato** são as mais freqüentes nas sociedades complexas e fazem parte das características das relações urbanas como o demonstrou Wirth (1984) e vários pesquisadores depois. Os muros que delimitam o condomínio e cercam um grupo de população, não conseguem, na maioria das vezes, criar laços de relacionamento. Neste caso, o condomínio, não constitui um espaço privilegiado de sociabilidade, as pessoas não conhecem os seus vizinhos, não participam das festas de integração. As quadras de esporte, a piscina e todos os espaços comuns ficam vazios, a maioria dos moradores possuindo os seus equipamentos próprios (piscina, churrasqueira...). Evidentemente, a rede de sociabilidade é construída fora do condomínio, com os amigos e principalmente com os membros da família.

“Nesse condomínio, não tem piscina. Só salão de festa, campo de futebol, quadras de tênis. Nunca usamos o salão de festa, só participamos das festas que promoveram: jantares, coisas assim. Mas nunca alugamos porque achamos que – eu particularmente- gosto de receber as pessoas na minha casa, um lugar que já conheço, o meu espaço” (Dahma II São José do Rio Preto).

“Você tem amigos aqui? Sim, não posso dizer amigos. São colegas, são pessoas “oi tudo bem!”. A vida social, de sair com outras pessoas do condomínio, tô fora” (Dahma II São José do Rio Preto).

Trata-se de tipos puros que, como todos os “tipos ideais”, nunca existem como tal na realidade. Na maioria dos condomínios, encontram-se relações dos três tipos, mas geralmente um tipo de relacionamento sobrepõe-se aos demais. Por outro lado, como veremos, as relações podem alterar-se com o tempo. Mas também os tipos podem estar relacionados entre si, na medida que em um condomínio conflituoso, por exemplo, são muitas as pessoas que se afastam de relações e se fecham no interior das suas casas, procurando assim o anonimato.

AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Diante dessa tipologia, tentei procurar as variáveis que determinavam as relações. Identifiquei cinco que considereei relevantes: a idade do condomínio, o tamanho e o número dos lotes, o padrão do condomínio, o grau de homogeneidade entre os moradores, e a idade dos mesmos – um fator que determina a presença ou não de crianças. Cruzando os tipos de relações com as variáveis determinantes que

identifiquei, foi possível esboçar o resultado no quadro a seguir. Na coluna à esquerda, encontram-se as variáveis, e na linha superior, o tipo de relações encontrado. Dentro do quadro, as características das variáveis que permitem explicar a sua influência sobre a sociabilidade. Como veremos, essas variáveis são interdependentes na medida em que o tamanho do lote mantém relação direta com o padrão dos moradores, o número de casas vai influenciar a possibilidade de anonimato, e a idade do condomínio pode modificar o grau de homogeneidade.

Teria sido conveniente optar pelo critério de classe social para escolher os condomínios estudados para a realização de uma pesquisa comparativa. Mas isso levaria à afirmação de a situação socioeconômica, a “classe social”, constituir uma variável determinante das relações sociais. Sabemos que a posição na escala social influencia as relações sociais (HÉRAN, 1987), mas essa variável, por mais relevante que seja, não é suficiente para explicar todas as variações encontradas. A escolha pela metodologia hipotética indutiva foi aquela que permitiu construir tipos ideais dos condomínios, segundo as formas de relações que lá se desenvolvem, e a partir daí buscar as razões das diferenças observadas na rede de sociabilidade (Quadro 01).

Quadro 1 – Rede de sociabilidade

	Conflito	Comunidade	Anonimato
Idade do condomínio	Antigo	Indiferente	Indiferente
Tamanho e número dos lotes	Indiferente	Pequeno	Grande
Padrão	Alto	Médio	Médio, médio alto
Grau de homogeneidade	Fraco	Forte	Fraco
Faixa etária	Adulta (+ 45)	Jovem (30-45)	Adulta (+ 45)*

* A idade que indiquei é aproximativa e subjetiva na medida em que não existem dados sobre as características dos moradores.

TIPOLOGIA E VARIÁVEIS

A idade do condomínio é uma variável pouco importante em São José do Rio Preto, sendo muito mais notável em Natal, devido à valorização do terreno. O condomínio Green Village (Natal), composto de 96 lotes de 650 até 1400 metros quadrados, foi o primeiro construído nesta cidade, na periferia, vizinho a um bairro popular. Inicialmente, poucos foram os que quiseram lá morar; seus primeiros lotes foram vendidos em 1996, por 20.000 reais. Nesta época, ele encontrava-se distante do centro, dos equipamentos funcionais e do trabalho. Entretanto, a partir da década de 1980, transforma-se a organização urbanística da cidade seguida pela construção de novos equipamentos funcionais: supermercados e *shopping centers*, principalmente, que se instalaram ao longo da avenida que vai da cidade antiga até o bairro sul onde moram os turistas. O resultado foi a valorização dos espaços vizinhos que se tornaram mais atraentes. Neste condomínio, o valor atual de um lote varia entre 800.000 a 1.000.000 de reais, ou seja, um crescimento superior a 400% em 12 anos, muito acima da inflação do período. Torna-se uma evidência o fato dos primeiros moradores não possuírem o mesmo padrão, nem o mesmo poder aquisitivo como o dos recém-chegados, e de essa situação criar uma heterogeneidade socioeconômica e cultural consideráveis. Os moradores mais poderosos reclamam pouco da situação de heterogeneidade, pois eles já construíram sua rede de sociabilidade utilitária no condomínio. Juizes, advogados, empresários, deputados, têm interesses complementares e encontram o meio de desenvolver, na vizinhança, a sua rede de solidariedade, tão importante no Brasil como o sublinhou Da Matta (1991). Os outros parecem mais insatisfeitos e reclamam do ostracismo, do excesso de sofisticação que dominam as aparências através dos carros, das casas ou das festas de aniversário dos filhos. Eles não possuem recursos suficientes para mostrar e mostrar-se. Essa situação provoca um sentimento de inferioridade e um fechamento dentro da casa. Entre os primeiros e os segundos, não pode haver relações de reciprocidade; os segundos não tendo o que precisariam para entrar na rede de sociabilidade e de reciprocidade (influência, imagem simbólica, capacidade de aconselhar e ajudar...). A sua presença faz dizer aos primeiros *“Há pessoas que não deveriam morar aqui, que não estão no lugar certo. Por exemplo, as pessoas que têm atraso no pagamento do condomínio, não deveriam morar aqui”*.

No caso desse condomínio, a idade, combinada com o crescimento do valor dos lotes provocou a **heterogeneidade**, que foi tanto mais visível e dificilmente suportável na medida em que não é possível fugir no anonimato por causa do pequeno número de moradores, da proximidade das casas e do impedimento de esconder-se atrás de um muro. Pior ainda, a proximidade física aumenta o distanciamento social e relacional. Os vizinhos parecem perto demais uns dos outros, mas isto é menos uma questão de proximidade física e mais uma vontade de distanciamento social. Como lembram Young e Wilmott

(1984), quanto mais diferente o Outro, mais perto ele parece, e mais distanciamento social existe entre os grupos diferentes obrigados dividir o mesmo espaço.

Mas nem sempre a idade do condomínio e a proximidade física entre os seus moradores são capazes por si só de provocar esse tipo de relacionamento. Em São José do Rio Preto, um condomínio de casas conjugadas de 95 metros quadrados, cada uma construída em um lote de 135 metros quadrados, erguido em 1998, é considerado como uma “comunidade” pelos moradores. Aí, a idade do condomínio não trouxe conseqüências, nem na composição da população, nem na valorização do lote. Apresenta-se como um condomínio de “classe” média que constitui uma transição no percurso residencial dos moradores. A maioria destes sai da “cidade aberta” e ambiciona morar em um condomínio mais valorizado. O *turn over* da população faz com que os moradores sempre possuam características parecidas, o que preserva a homogeneidade em relação à posição social, à idade, etc. O impedimento de se fechar no espaço privado por causa da proximidade espacial e da ausência de equipamentos particulares obriga os moradores a se encontrar nos espaços comuns, e o fato de pertencimento à camada média facilita as relações de vizinhança. Inúmeras pesquisas mostraram que as pessoas dessa classe se relacionam com mais facilidade do que as pessoas de estatuto social maior. O fato de todas as casas serem iguais reduz a possibilidade singularização dos moradores, a expressão da sua originalidade, e a hierarquia segundo o poder aquisitivo real ou reivindicado, ao contrário do que acontece, por exemplo, no condomínio Green Village, de Natal.

Esses dois exemplos mostram como se combinam principalmente as variáveis de idade do condomínio e de heterogeneidade da população, sobretudo em Natal, em razão do crescimento dos preços, provocado pela especulação imobiliária, fato que age na transformação do perfil social dos moradores e limita as relações entre eles. No entanto, deve-se lembrar que tais relações foram bem melhores, no início do condomínio, em uma situação de homogeneidade.

“Estou aqui desde 2002. No início, as pessoas se relacionavam mais. Depois surgiram grupos, por interesse pessoal, financeiro. Fulano que se junta com Fulano mais poderoso. Me sentiria muito mais à vontade em um outro condomínio. Aqui, por causa do padrão, as pessoas começam fazer grupos. Então as pessoas não se comunicam muito bem aqui” (Green Village, Natal).

Isso significa que os condomínios recentes, que parecem funcionar como uma “comunidade”, são passíveis de evoluir da mesma maneira como aquele do Green Village, por semelhantes causas. Hoje, na maioria dos condomínios recentes construídos na cidade de Nova Parnamirim, perto de Natal, os moradores usam a palavra “comunidade” para caracterizar as relações entre eles e justificam o seu uso

pela presença da homogeneidade, do pequeno número de pessoas, do compartilhamento dos mesmos valores e hábitos, dos encontros freqüentes, seja na rua, nos espaços comuns, seja nos aniversários ou durante as reuniões dos condôminos. Mas todos exprimem certo temor quanto à perenidade dessa situação, que eles sabem frágil, pois ligada à evolução do valor do terreno.

Associado ao vínculo entre a idade do condomínio e o tipo de população, temos de pensar na influência do **padrão** e do funcionamento das relações entre as pessoas influentes, relações muitas vezes utilitárias. Pertencer a um grupo influente, de uma maneira ostensiva, preenche duas funções, uma utilitária, a outra simbólica: a primeira concerne à capacidade de construir uma rede de solidariedade, a segunda é assegurar-se de que se é reconhecido pelos outros como uma pessoa prestigiosa, útil. Isso funciona exatamente segundo a mesma lógica que as das redes de sociabilidade da burguesia francesa. Por isso, podemos entender que as pessoas excluídas dessa rede não se sintam à vontade nas relações de vizinhança e exprimam sentimentos de frustração, que pode alcançar o projeto de se mudar para outro condomínio.

Outra variável que influencia as relações de sociabilidade é o **tamanho dos lotes** e o número dos mesmos. Caricaturando, poderíamos falar que quanto mais numerosos e maiores os lotes, mais anônimas as relações. Os maiores condomínios pesquisados foram em São José do Rio Preto, onde a maioria possui entre 400 à 650 casas, o que representa a população de um bairro ou de uma pequena cidade da Europa. Mas é difícil saber se as pessoas escolheram esse tipo de condomínio para preservar o seu desejo de anonimato, de individualismo, ou se é o tamanho do condomínio que reforça essas tendências da sociedade moderna. O discurso sobre o assunto é muito ambíguo. De um lado, os moradores lamentam a falta de relacionamento, o fato de nem conhecerem os vizinhos, afirmando o desejo de encontrarem mais pessoas dentro do espaço condominial. Do outro lado, eles afirmam que o seu espaço social fica fora do condomínio e parecem assumir essa realidade sem problemas. Não são pessoas que sentem um isolamento social, mas pessoas cuja rede de sociabilidade está construída fora do condomínio. A vizinhança não constitui para eles um fator de relacionamento.

Nesses condomínios a heterogeneidade é bem real, como em Dhama I, onde um lago e uma avenida separam as duas partes do condomínio, obedecendo-se o tamanho dos lotes. Mas aí, essa heterogeneidade não provoca conflitos, na medida em que o número grande de moradores permite ignorar uns aos outros, mantendo a distância de uma vizinhança.

A última variável importante na construção da sociabilidade é a **idade dos moradores** e a presença, ou não, de crianças que provocam o encontro entre os pais. *“Eu conheço os vizinhos, mas não tenho hábito de ir na casa dos outros. Agora, com as crianças crescendo, estou começando. A primeira vez foi um aniversário”*. O papel das crianças no encontro dos pais é um fenômeno que não é particular à

situação dos condomínios, porque encontramos isso em todas as circunstâncias. No entanto, a organização urbanística do condomínio, as áreas de lazer, a possibilidade de deixar os filhos sair na rua, facilitam (ou obrigam) as relações entre os filhos e conseqüentemente entre os pais. *“os lugares de encontro mesmo são os aniversários, principalmente das crianças. Se for aniversário de crianças, são convidadas todas as casas que têm crianças e os adultos se encontram”* (Condomínio Saint Martin, Nova Parnamirim).

É evidente que se o condomínio horizontal provoca relações específicas, estas oscilam em função de certo número de fatores, de importância variada, e da maneira com que eles se combinam. Certamente outros fatores favorecem ou limitam as relações de vizinhança, como a organização urbanística do condomínio. Alguns são construídos ao redor de uma praça central onde se encontram todos os equipamentos comuns, respeitando assim a organização de um bairro tradicional com objetivo de facilitar as relações sociais. Esse desenho é principalmente utilizado nos condomínios da classe média. Mas nos condomínios de classe alta, geralmente são poucos os equipamentos, e os que existem são pouco usados. No Alphaville que está sendo construído em Natal, por exemplo, os equipamentos foram instalados em um canto do condomínio e o acesso será reservado aos sócios que terão de pagar uma mensalidade. Essa evolução da organização espacial dos equipamentos não constitui um fator que determina as relações sociais, mas o lugar e a diversidade deles traduzem e reforçam o tipo de relacionamento diferenciado segundo a posição dos moradores na escala social.

CONCLUSÃO

Podemos concluir esse artigo destacando dois pontos: a parte metodológica e as relações sociais que se desenvolvem nas cidades.

Os tipos idéias e as variáveis apresentadas constituem um modelo que permite investigar vários tipos de condomínio horizontal, na medida em que tanto os modos de relações como as variáveis estão presentes em todos eles. Isso não significa que esse modelo possa ser considerado como universal, em decorrência de dois fatores. O primeiro refere-se ao contexto urbano no qual se inscreve o condomínio. Por exemplo, a comparação entre as situações de Natal e de São José do Rio Preto revelou a influência que desempenha a idade do condomínio em um contexto de especulação imobiliária. O segundo fator reside no fato de que os condomínios estudados possuem uma função principalmente residencial, mas é razoável pensar que os condomínios pluri-funcionais provocam tipos de relacionamento que não existem naquelas situações aqui apresentadas.

Do outro lado, não há dúvidas que o condomínio horizontal produz relações sociais particulares. Casas abertas dentro de um espaço fechado, afastado da vida urbana, com espaços comuns e leis particulares, essas casas sempre abertas sem muro frontal, a possibilidade de passear pelas ruas, de encontrar outros moradores, provocam tipos de relações específicas que não existem na “cidade aberta”.

Enquanto que a cidade e a cidadania se constroem na heterogeneidade, no contato com os Outros, a situação dos condomínios mostra que a homogeneidade constitui um fator de relacional relevante. É uma evidência que esses condomínios onde pesquisei têm uma única função, que é a residencial, e que a maior parte das atividades é desenvolvida no exterior dos muros. Mas isso não significa que a vida no exterior provoca o encontro como o Outro, muito pelo contrário, nos momentos de lazer ou de compras, por exemplo, os moradores sempre procuram lugares onde encontrarão pessoas semelhantes a eles.

Essa busca de um tipo de moradia homogêneo transforma a cidade em uma justaposição de “pedaços” e reforça a segregação socioespacial da cidade, em um movimento que a Escola de Chicago qualificaria como “natural”. Entretanto, de acordo com a Escola de Chicago, o fechamento das comunidades era uma etapa no processo da assimilação das mesmas na sociedade norte-americana. Inversamente, o crescimento do número de condomínios pode ser interpretado como uma fragmentação da sociedade em grupos cada vez mais fechados, afastados e homogêneos.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/EdUSP, 2000.

CAPRON, Guénola (Org.). **Quand la ville se ferme, quartiers résidentiels sécurisés**. Paris: Editions Breal, 2006.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

HÉRAN, François. Comment les Français voisinent. **Economie et statistiques**, n. 195, p. 43-60, 1987.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MOURA, Cristina Patriota de. **A fortificação preventiva e a urbanidade como perigo**. UnB: Brasília, 2006. (Série antropológica).

RIGAMONTE, Rosani Cristina. Severinos, Januários e Raimundos: notas de uma pesquisa sobre os migrantes nordestinos na cidade de São Paulo. In: MAGNANI, J. G. ; TORRES, L. L. (Org.). **Na Metrópole**: textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 230-252.

TONNIES, Ferdinand. **Communauté et société**: catégories fondamentales de la sociologie pure. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1977.

VELHO, Gilberto. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 13, p. 15-31, 2000.

WEBER, Max. **Économie et société**. Paris: Librairie Plon, 1971.

WIRTH Louis. Le phénomène urbain comme mode de vie. In: GRAFEMEYER, Yves; JOSEPH, Isac. **L'École de Chicago**: naissance de l'écologie urbaine. Paris: Aubier, 1984.

YOUNG, Michael; WILMOTT, Peter. **Le village dans la ville**. Paris: CCI, Centre Pompidou, 1984.